



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - São Paulo/SP - CEP 05459-900 - Tel (011)
3133-3000



ATA EXECUTIVA

Reunião Plenária Extraordinária
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH

Data: 26 de outubro de 2009.

Local: Auditório Augusto Ruschi - SMA, situado na Av. Prof. Frederico Hermann Junior, 345
São Paulo - SP.

PAUTA: conforme estabelecido nos Ofícios SMA/CRH nºs 53 e 54 de 09 de outubro de 2009

Conselheiros pelo segmento Governo do Estado de São Paulo:

- Francisco Graziano Neto, Secretário do Meio Ambiente e Presidente do CRH;
- Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini, Secretária Executiva do CRH;
- Rui Brasil Assis, representante da Secretaria de Saneamento e Energia;
- Jaime Gimenez, representante da Casa Civil;
- Antonio Carlos Thyse de Azevedo, representante da Secretaria da Agricultura e Abastecimento;
- Luiz Sérgio Ozório Valentim, representante da Secretaria da Saúde;
- José Roberto dos Santos, representante da Secretaria de Desenvolvimento;
- Antonio Vaz Serralha, representante da Secretaria da Fazenda.

Conselheiros pelo segmento Municípios

- Daniel Ferreira da Fonseca - P.M. de Cajamar, representante do Grupo 1
- José Augusto de G. Pereira - P.M. de S. Antonio do Pinhal, representante do Grupo 2
- Tércio Augusto Garcia Jr. - P.M. de São Vicente, representante do Grupo 3
- Luis Antonio Hussne Cavani - P.M. de Itapeva, representante do Grupo 4
- Francisco Célio de Melo - P.M. de Iepê, representante do Grupo 5
- Cornélio Cezar Kemp Marcondes - P.M. de Garça, representante do Grupo 6
- Waldemar Sandoli Casadei - P.M. de Lins, representante do Grupo 7 - Titular
- João Francisco B. Danieletto - P.M. de Bocaina, representante do Grupo 7 - Suplente
- Ilso Parochi - P.M. de Neves Paulista, representante do Grupo 8
- José Tadeu Chiaperini - P.M. de Santa Rosa do Viterbo, representante do Grupo 10
- José Geraldo Garcia - P.M. de Salto, representante do Grupo 11- Titular
- Herculano C. Passos Junior, P.M Itu - Grupo 11 - Suplente

Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil Organizada:

- Anícia Aparecida Baptistello Pio, representante da Federação das Indústrias do Estado de São

- 39 Paulo – FIESP - Usuários Industriais - Titular
- 40 • André Elia Neto, representante da União da Agroindústria Canavieira do Estado de S.Paulo –
- 41 ÚNICA – Usuários Industriais - Suplente
- 42 • Oscar Marcondes Pimentel, representante da Federação do Comércio do Estado de São Paulo –
- 43 FECOMERCIO – Usuários do Setor Comercial e de Serviços
- 44 • Hugo Marcos Piffer Leme, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de
- 45 Saneamento – ASSEMAE – Usuários para o Abastecimento Público
- 46 • Walder Suriani, representante da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais –
- 47 AESBE – Usuários para Abastecimento Público
- 48 • Luiz Carlos Pignagrandi, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e Meio
- 49 Ambiente – SINTAEMA – Usuários dos Sindicatos ou Organizações de Trabalhadores
- 50 • Miron Rodrigues da Cunha, representante da Comissão de Defesa e Preservação da Espécie e do
- 51 Meio Ambiente – CDPEMA – Entidades Ambientalistas
- 52 • Marcelo Beserra, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/ São Paulo –
- 53 Entidades de Defesa dos Interesses Difusos dos Cidadãos - Titular
- 54 • Antonio Silvan Oliveira, representante da Federação dos Trabalhadores nas Ind. Químicas e
- 55 Farmacêuticas do Estado de SP – FEQUIMFAR – Entidades de Defesa dos Interesses Difusos dos
- 56 Cidadãos - Suplente
- 57 • Paulo Bezerril Jr., representante do Instituto de Engenharia – IE – Órgãos ou Entidades
- 58 Associativas de Profissionais de Nível Superior relacionadas com Recursos Hídricos - Titular
- 59 • Alceu Guérios Bittencourt, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária
- 60 Ambiental – ABES - Órgãos ou Entidades Associativas de Profissionais de Nível Superior
- 61 relacionadas com Recursos Hídricos - Titular
- 62 • Arnaldo Pereira da Silva, representante do Conselho Regional de Engenheiros, Arquitetos e
- 63 Agrônomos de São Paulo – CREA - Órgãos ou Entidades Associativas de Profissionais de Nível
- 64 Superior relacionadas com Recursos Hídricos – Suplente.

65

66 **Comitês de Bacias Hidrográficas:**

- 67
- 68 • Luiz Roberto Moretti - Secretário Executivo, representante do CBH-PCJ;
- 69 • Leonildo Ednilson Urbano - Secretário Executivo Adjunto, representante do CBH-PCJ;
- 70 • Osvaldo Massacazu Sugi - Secretário Executivo, representante do CBH-PP;
- 71 • Tokio Hirata - Secretário Executivo, representante do CBH-TG e CBH-SJD.

72

73 **Entidades do Estado:**

- 74
- 75 • Cristina Godoy de Araujo Freitas, representante do Ministério Público do Estado de São Paulo;
- 76 • Marcelo de Souza Minelli, representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo -
- 77 CETESB;
- 78 • Marco Antonio Gomes, representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA.

79

80

81 **ABERTURA E VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA.**

82 Foi constatado quórum, presentes 06 Conselheiros do segmento Governo do Estado de São Paulo,

83 10 Conselheiros do segmento Municípios e 09 da Sociedade Civil Organizada.

84

85

86 **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.**

87 **Aprovada** como apresentada, a Ata da plenária extraordinária ocorrida em 09 de setembro de
88 2009.

89

90 **INFORMES.**

91 O Presidente comunicou, com muito orgulho, que o Estado de São Paulo aprovou na Assembleia
92 Legislativa, a Lei para a criação da Política Estadual de Mudanças Climáticas, com repercussão
93 internacional, pois, exceto o Estado da Califórnia-EUA, nenhum outro dispõe de instrumento
94 legislativo com uma política pública estabelecida nesses termos. A rede para o desenvolvimento
95 sustentável, que tem São Paulo como Co-Presidente, e que reúne aproximadamente 500 governos,
96 locais e regionais, organizará um encontro paralelo ao COP 15, em Copenhague/Dinamarca, o
97 encontro da ONU sobre as mudanças climáticas. E, em 14/12, o Presidente do CRH/Secretário do
98 Meio Ambiente irá apresentar a Política Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo,
99 feito ressaltado como internacionalmente significativo, visto que outros governos demandam
100 informações do processo político que culminou na aprovação da Lei. Todos os Conselheiros,
101 antecipadamente, foram convidados para o evento em que a Lei será sancionada pelo Governador.
102 A Lei estabelece como compromisso do Estado de São Paulo a meta de redução de 20% dos gases
103 de efeito estufa para o ano de 2020. Outros prazos serão apresentados em um ano para a
104 sociedade paulista, como por exemplo, para a confecção do inventário paulista das emissões dos
105 gases que contribuem para o aumento do efeito estufa, o plano de transporte sustentável; e todas
106 as agendas entram no mesmo ritmo, inclusive a de recursos hídricos. A Lei sinaliza também que
107 mudanças terão de ocorrer na economia do Estado, para se enfrentar a crise planetária do
108 aquecimento global provocado pelas mudanças climáticas. Oscar Gozzi, da Coordenadoria de
109 Recursos Hídricos – CRHi, apresentou o andamento dos trabalhos "Pacto das Águas", sendo que
110 das 621 cidades signatárias no mundo, 555 são cidades brasileiras do Estado de SP, 16
111 organizações e associações no mundo, sendo 8 em São Paulo, 7 Comitês de Bacia, 1 Consórcio,
112 sendo que 86% das adesões referem-se ao Estado de São Paulo. Pelos Comitês, 08 já obtiveram
113 100% de adesão dos municípios da Bacia. Em 14/10/09 ocorreu reunião preparatória tendo como
114 pauta o Plano e o Programa de Metas dos municípios para o evento de 19/11/09 em Itu para
115 orientação, treinamento e capacitação visando o preenchimento, e posteriormente, a entrega do
116 plano de metas. O acompanhamento será até 30/11/2011 com as informações dos resultados e em
117 março de 2012 o Estado de São Paulo será representado por 1 Presidente de Comitê e 2 prefeitos -
118 1 prefeito entre os municípios com até 20.000 habitantes e 1 prefeito entre os municípios com mais
119 de 20.000 habitantes – no VI Fórum Mundial de Águas, em Marselha na França. Mais informações
120 pelo e-mail programapactodasaguas@ambiente.sp.gov.br e nos sites
121 sistema: www.ambiente.sp.gov.br, www.sigrh.sp.gov.br e www.worldwaterforum5.com. Agostinho,
122 da Coordenadoria de Recursos Hídricos – CRHi, apresentou os destaques das alterações no Manual
123 FEHIDRO, deliberadas na última reunião do COFEHIDRO em 15/10: Contrapartida, anteriormente
124 era no mínimo de 20% para qualquer projeto, atualmente está escalonada sendo 2% para
125 municípios de até 50.000 habitantes, 5% para os de 50.000 a 200.000 habitantes, 10% para
126 aqueles com mais de 200.000 habitantes. Para a sociedade civil e os órgãos de Estado a
127 contrapartida mínima é de 5%. A partir da indicação do projeto pelo Comitê já passam a valer como
128 contrapartida ações realizadas antes da assinatura do contrato FEHIDRO. Para as associações da
129 sociedade civil ou outras entidades privadas é obrigatória a publicação em jornal de circulação
130 regional, quando da contratação das compras acima de R\$ 8.000,00. Informou também que, com a
131 criação do novo CADIM, o FEHIDRO também passa a utilizá-lo, sendo que 9 instituições foram

132 cadastradas, entre prefeituras e associações da sociedade civil. Após as ações administrativas,
133 dando prazo para que tomadores de recursos de 456 projetos agilizassem seus projetos, parados há
134 mais de dois anos, o resultado foi que 203 projetos foram concluídos, 34 cancelados, 100 voltaram
135 à execução, 32 tiveram pagamento autorizado pelo Agente, e ao final, voltaram para os Comitês R\$
136 4 milhões, aproximadamente, referentes aos projetos cancelados que já estão à disposição para a
137 deliberação dos Comitês. Houve deliberação dando prazo até janeiro/2010 para os tomadores
138 agilizarem a execução de seus projetos, mais de 189 projetos atrasados. Os usuários de cobrança
139 também ficam passíveis de serem inscritos no CADIM. Luiz Roberto Moretti, Secretário Executivo do
140 Comitê PCJ, apresentou todo o histórico dos trabalhos que culminaram na criação da Fundação
141 Agência das Bacias PCJ, desde a instalação dos Comitês em 18 de novembro de 1993. Toda esta
142 apresentação, e as demais, encontram-se em inteiro teor na Ata Completa. Os Comitês PCJ
143 optaram por instituir a Fundação Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá após a
144 aprovação da cobrança pelo uso da água, que ocorreu em 29 de dezembro de 2005, na forma da
145 Lei 12.183, regulamentada em março de 2006, e exatamente um ano depois, em 29 de dezembro
146 de 2006, o Governador assinou o Decreto 51.449 implementando a cobrança no PCJ. Em 12 de
147 dezembro de 2008 em uma reunião plenária foi aprovada a continuidade dos trabalhos para a
148 implantação da Fundação e aprovados uma série de documentos importantes para a instalação,
149 inclusive o Estatuto. Em 24 de agosto no Gabinete do Secretário Xico Graziano, com a presença da
150 Secretária Dilma, do Secretário José Carlos Carvalho de MG, do diretor Presidente da ANA Dr. José
151 Machado e do Presidente dos Comitês PCJ, Dr. Barjas Negri, prefeito de Piracicaba aprovou-se a
152 constituição da Fundação, do que chamamos de Agência Única, consolidando a questão das
153 cobranças federal, estadual e de Minas. Cumprindo a lei em seguida foi aprovado o formato de
154 constituição dos membros dos municípios e da sociedade civil, foi feita a eleição e saiu no último dia
155 21 publicada a deliberação com os nomes indicados dos membros do estado e os eleitos no âmbito
156 dos Comitês. Em 05/11 ocorrerá a reunião de instalação da Fundação Agência das Bacias PCJ e o
157 Engenheiro Moretti convidou o Presidente do CRH para ser o representante do Governo do Estado
158 de São Paulo nos atos de formalização da criação da Agência da Bacia, além de convidar todos os
159 Conselheiros do CRH. Rui Brasil Assis, representante da Secretaria de Saneamento e Energia
160 informou sobre os trabalhos do Plano Diretor para as novas alternativas de abastecimento da Macro
161 Metrópole. Há 15 colegiados representados no acompanhamento dos trabalhos, 10 Comitês de
162 bacia, CRH, CONSEMA, 2 Conselhos de Desenvolvimento de regiões metropolitanas, e 1 Comitê
163 federal, o CEIVAP. Os representantes receberam um relatório síntese para conhecerem a situação,
164 e provavelmente ainda esse ano haverá reunião para a segunda etapa do trabalho, e no começo de
165 2010 realizar-se-ão 6 Seminários regionais divulgando as propostas para a Sociedade. Nelson
166 Menegon Junior, da Cetesb, apresentou os dados do Relatório do Monitoramento da Qualidade das
167 Águas Interiores no Estado, como instrumento fundamental para o gerenciamento dos recursos
168 hídricos, e que está disponível na Internet. O monitoramento é composto por quatro programas de
169 acompanhamento, sendo o carro-chefe a rede básica, com 333 pontos de frequência semestral
170 onde são avaliadas variáveis físicas, químicas e biológicas de alguns rios com fonte de poluição
171 crítica. Acompanham as fontes industriais e as águas destinadas à captação para abastecimento
172 público. Acompanham variáveis como o IQA, IAP e IVA, sinteticamente destacadas. O IQA para as
173 variáveis sanitárias, a presença do esgoto doméstico, e que também é usado a nível federal por
174 outros estados, portanto é importante mantê-lo para comparar com os outros estados, o IAP e IVA
175 foram criados em 2002 e servem para avaliar a qualidade para fins de abastecimento público e de
176 proteção da vida aquática e o índice da balneabilidade das águas doces. Dos resultados de 2008 as
177 UGRHI's industriais formam as que apresentaram a pior condição de qualidade, aproximadamente
178 24% dos corpos hídricos estiveram na qualidade ruim/péssima; em contrapartida, as UGRHI's em
179 estado de conservação não tiveram nenhum corpo hídrico enquadrado nessa condição e também

180 houve melhora em 14 pontos, devido aos investimentos em saneamento, como por exemplo, no
181 caso do Rio Sorocaba e Jacareguaçu as melhoras em função de ações de controle de fontes
182 industriais, do rio Jacupiranga, e também a melhora devido à gestão de quantidade em alguns
183 mananciais, como no caso do rio Paraíba. Apresentou também dados sobre o monitoramento do rio
184 Pinheiros e Represa Billings em função dos testes da flotação. Para fósforo e turbidez a eficiência de
185 remoção foi elevada, aproximadamente em 40%, para NH3 não houve eficiência, OD com alguma
186 recuperação, e a toxidade ficou menor, concluiu: "o impacto do sistema de tratamento por flotação
187 no reservatório Billings, desde 2003 a 2008 onde houve uma recuperação com os níveis de fósforo
188 bem próximos da qualidade, e em relação a clorofila e células de cianobactérias, são parâmetros
189 hidrobiológicos, notamos que quando o sistema entrou em operação em agosto/07 decaiu o nível
190 da clorofila e células de cianobactérias; e em contrapartida se notarmos os dados do
191 monitoramento automático de condutividade até 2007, quando não operou a flotação, tínhamos em
192 torno de 210, ao passo que quando ela entrou em operação houve incremento da condutividade em
193 função dos elementos químicos que estão sendo usados no sistema de tratamento." O Presidente
194 agradeceu e disse que a CETESB estava convidada para apresentar o relatório doravante.

195 **DELIBERAÇÕES**

196 **Deliberação nº 102 que aprova a minuta de Projeto de Lei da Política Estadual de** 197 **Pagamento pelos Serviços Ambientais – PSA.**

198 Helena Carrascosa, da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais – CBRN, apresentou,
199 propostas da CTPA - Câmara Técnica de Proteção das Águas e da CTAJI - Câmara Técnica de
200 Assuntos Jurídicos Institucionais. Informou que há muito tempo o assunto está em discussão no
201 sistema. Em 2006 foi levado ao Comitê PCJ proposta de implantar um Projeto piloto "Produtor de
202 Água" na bacia e no final de 2006 houve a deliberação dos Comitês destinando recursos para
203 implantação desse piloto que foram repassados para a Organização não governamental TNC e foi
204 implementado nos municípios de Joanópolis e Nazaré Paulista onde a SMA e a SAA já vinham
205 trabalhando dois programas, o de matas ciliares e o de micro bacias, e o programa foi muito
206 importante porque mostrou todos os obstáculos e restrições que precisam ser superados para que
207 possamos implementar o PSA estadual, então seus objetivos eram de testar a implantação de um
208 sistema de PSA e subsidiar a formulação de uma política estadual de PSA. O PSA é mais um
209 instrumento econômico, para as políticas públicas ambientais, não substituindo as políticas de
210 comando e controle, para fomentar iniciativas de conservação e recuperação dos recursos naturais,
211 proteção d'água, conservação da biodiversidade e avançar o desenvolvimento econômico
212 sustentável. O PSA não detalha como serão os programas, que serão detalhados no Decreto e
213 produzidos a partir da discussão no CRH e no CONSEMA. A coordenação e implementação será pela
214 SMA, que pode delegar, segundo previsto no PL, total ou parcialmente, a implementação dos
215 programas a órgãos públicos, OS ou OSCIP, e a definição das estratégias e diretrizes sempre será
216 pelos Conselhos Estaduais. Não se pretende remunerar o que a floresta produz, mas ações
217 humanas para que a floresta produza seus benefícios. Os programas já indicados são o Programa
218 Protetor das Águas, Conservação da Diversidade Biológica e Mitigação dos Efeitos das Mudanças
219 Climáticas, além de indicação para que outros programas possam ser elencados futuramente pelo
220 Decreto. Autoriza as pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, proprietárias ou
221 detentoras de áreas que cumpram requisitos mínimos, como o uso regular do imóvel, admitindo
222 posseiro mas não invasor, adequação à legislação ambiental ou a assinatura de TAC. Os recursos
223 financeiros virão da cobrança pelo uso da água, e os recursos destinados pelos CBHs com
224 autonomia total para apoiar os projetos. Além disso, contam com possibilidade de usarem recursos
225 de multas de infrações ambientais, doações em geral, captados no mercado de carbono, para

226 projetos implantados pelo poder público, transferências e financiamentos internacionais,
227 transferências da União, por convênios de qualquer tipo e orçamentários. A operacionalização dos
228 pagamentos será via FECOP (Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição) e dos recursos
229 FEHIDRO. O Presidente abriu para as considerações dos Conselheiros. Houve notadamente a
230 participação dos Conselheiros representantes da Sociedade Civil, Miron Rodrigues da Cunha da
231 CDPMA e Marco Antônio Palermo da ABRH em apoio, que em síntese argumentaram que havia
232 necessidade, sem prejuízos, de crescer a participação das ONGs, ao que Helena, e a Dra. Eleusa
233 como membro da CTAJI, disseram que a proposta aprovada na Câmara foi de optarem pelas
234 OSCIPs, buscando, por exemplo, uma maneira de terem a garantia do controle social sobre o uso
235 dos recursos, visto que as mesmas são regidas por legislação própria, e na prestação de contas,
236 ressaltando que se tratava de delegação da competência para implementar programas, para atuar
237 em nome do Estado, e que as ONGs poderiam participar do Programa, não como gestores. Cristina
238 Godoy de Araujo Freitas, Promotora do Ministério Público Estadual disse "...talvez seja o caso de
239 analisar, porque eu realmente não sei se pode pelo lado da questão da improbidade, por exemplo,
240 da delegação de um serviço desses para ONGs especificamente." Neusa, da Coordenadoria de
241 Recursos Hídricos - CRHi enfatizou que no texto quando se referiam à fauna deveria constar fauna
242 silvestre. O presidente colocou em votação a proposta dos Conselheiros Miron e Marco Antônio
243 Palermo de incluir as ONGs como entidades para receber delegação para implementar os
244 programas: **foram 22 votos favoráveis e 2 contrários, assim foi mantida a proposta como
245 ofertada pela CTAJI, e em seguida a proposta como um todo do PSA foi aprovada.**

247 **Deliberação 103, minuta de Decreto da regulamentação da Lei Específica da Billings.**

248 Márcia Nascimento, da SMA, Secretária Executiva do Subcomitê AT-Billings-Tamanduateí e
249 Coordenadora do GT LE-Billings apresentou breve histórico dos trabalhos que levaram à elaboração
250 da minuta pelo GT, totalizando 16 reuniões com ampla participação dos segmentos envolvidos no
251 processo de análise, cumprindo um prazo de 90 dias, estabelecido devido à importância e urgência.
252 O GT atendeu-se ao condicionante da diferença entre o Decreto regulamentador e a Lei, pois Decreto
253 não muda a Lei. Resultou em 07 Capítulos no total de 37 Artigos, sendo O Cap. I - Disposições
254 Gerais, Cap. II - Das definições, Cap. III - Do PDPA, Cap. IV - Dos compartimentos ambientais,
255 detalhamento das atribuições dos órgãos envolvidos, bem como das atribuições da SMA,
256 Delimitação das UCs e AROs, Cap. VI - Da Infra-estrutura de Saneamento Ambiental, Cap. VII - Do
257 Licenciamento, da Regularização, da Compensação e da Fiscalização das Atividades, incluindo o
258 tema da Habitação de Interesse Social-HIS vinculado à recuperação ambiental e ao Programa de
259 Recuperação de Interesse Social-PRIS, e das disposições finais e transitórias. No Art. 33, ERRATA
260 que foi entregue a todos Conselheiros. Após o término da minuta de Decreto, esta foi enviada à
261 CJ/SMA, posteriormente por deliberação aprovada no Subcomitê Billings e no Comitê Alto Tietê, na
262 reunião conjunta de 07.10.09, sendo que o CONSEMA aprovou a minuta de decreto em 21.10.09 e
263 a minuta foi também objeto de análise da CTAJI do CRH em 22.10.09 resultando em incorporações.

264 **Aprovada por unanimidade.**

266 **Deliberação 104 aprovando prazos e procedimentos para entrega das informações a 267 serem consideradas quando da validação de critérios para repartição de recursos 268 FEHIDRO/2010.**

269 Com prazo para que todos os Comitês de Bacia aprovem e entreguem oficialmente as informações
270 até 31/12/2009 a serem incluídas na pontuação de 2010, com as regras mantidas.

271 **Aprovada por unanimidade.**

272

273 **ENCERRAMENTO**

274 Tendo sido cumprida a pauta dos trabalhos o Presidente informou que a próxima reunião será no
275 início de dezembro e terá como pauta já estabelecida apreciação e referendo do plenário para a
276 cobrança pelo uso da água de 4 Comitês de Bacia Hidrográfica.

277 Agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião.

278 Esta Ata foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas, sendo que a Ata completa
279 contém a íntegra desta reunião extraordinária.

280

281

282 **Francisco Graziano Neto**

283 Presidente do CRH

284

285

286

287 **Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini**

288 Secretária Executiva do CRH